



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006974-94.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Não Discriminação**  
 Requerente: **Pedro Paulo Alves Ventura**  
 Requerido: **SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**

Pedro Paulo Alves Ventura move(m) ação contra "Fazenda Pública do Estado de São Paulo e SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV pedindo a retificação do ato de reforma, promovendo-o à graduação de 3º Sargento PM, mesmo que tenha sido reformado com menos que 30 anos de serviço, porquanto inconstitucional o art. 2º da Lei Complementar nº 1.150/2011, afrontando o princípio da isonomia e o art. 30 da ADCT da Constituição Estadual. Pede ainda a condenação ao pagamento das diferenças salariais.

Contestação apresentada, alegando-se ilegitimidade passiva, impugnando-se a AJG, e, no mérito, afirmando-se a ausência do direito do autor, porquanto não preenchido o requisito legal dos 30 anos de serviço.

Houve réplica.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Os dois réus tem legitimidade passiva. Se acolhida a pretensão, a SPPREV terá de readequar o valor dos proventos atualmente pagos ao autora. A Fazenda Estadual, tem legitimidade pelo fato de a origem do afirmado ilícito estar em prática ocorrida enquanto autor estava na ativa.

A impugnação à AJG resta prejudicada ante o decidido pelo TJSP no agravo.

No mérito, improcede a ação.

O art. 2º da Lei Complementar nº 1.150/2011, que exige 30 anos de serviço para que o reformado tenha direito à promoção, ao contrário do afirmado pelo autor, não é inconstitucional.

Inexiste afronta ao art. 30 do ADCT da Constituição Estadual porque este alcança apenas os policiais que já se encontravam inativos quando da promulgação da referida Carta.

Nesse sentido:

**APELAÇÃO** – Ação ordinária. Policial militar. Promoção por aposentadoria. Preliminar. Legitimidade passiva da São Paulo Previdência. Reflexo pecuniário a incidir sobre os proventos de aposentadoria. Mérito. Aplica-se o art. 30 do ADCT Estadual apenas aos policiais que já se encontravam inativos ao tempo da promulgação da Carta Estadual. Aposentadoria do requerente pleiteada em 2012, regendo-se pela Lei Complementar nº 1.150/11. Requisitos legais não cumpridos. Trinta anos de serviço e dois anos de ocupação do posto. Art. 2º, na redação anterior à Lei Complementar nº 1.224/13. Precedentes. Recurso não provido. (TJSP; Apelação 1051111-85.2016.8.26.0053; Relator (a): Bandeira Lins; Órgão Julgador: 8ª Câmara de Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 6ª Vara de Fazenda Pública; Data do Julgamento: 27/09/2017; Data de Registro: 28/09/2017)

**ORDINÁRIA - POLICIAL MILITAR DO SEXO FEMININO- PRETENSÃO À OBTENÇÃO DA PROMOÇÃO CONFERID- PELA LC 418/85 - IMPOSSIBILIDADE ~ SERVIDORA QUE PASSOU À REFORMA CONTANDO COM 25 ANOS DE EFETIVO SERVIÇO - LEI COMPLEMENTAR QUE EXIGE INATIVAÇÃO COM PELO MENOS 30 ANOS DE SERVIÇO PARA A CONCESSÃO DA PROMOÇÃO AO POSTO OU GRADUAÇÃO IMEDIATAMENTE SUPERIOR - DISCIPLINA NÃO ALTERADA PELO LEGISLADOR QUE EDITOU A LEI 8.992/94, REDUTORA DO TEMPO DE SERVIÇO EXIGIDO PARA INATIVAÇÃO DAS SERVIDORAS MILITARES DO SEXO FEMININO DE 30 PARA 25 ANOS - AÇÃO**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

IMPROCEDENTE. (TJSP; Apelação Com Revisão 9155500-72.2001.8.26.0000; Relator (a): Ferraz de Arruda; Órgão Julgador: 13ª Câmara de Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 1.VARA; Data do Julgamento: N/A; Data de Registro: 09/01/2007)

AÇÃO DE RITO ORDINÁRIO – SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL INATIVO – Policial Militar – Pretensão de conversão do ato de reforma para promoção ao posto imediatamente superior – Ação proposta com fundamento no artigo 30 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado de São Paulo – Dispositivo constitucional de caráter transitório que veda a promoção pleiteada aos integrantes inativos da Polícia Militar que foram beneficiados por lei posterior a 15 de março de 1968 – Policial militar reformado em 25 de março de 2011 – Ato administrativo que observou as regras de inativação e promoção aplicáveis à hipótese dos autos. RECURSO PROVIDO e acolhido o reexame necessário. (TJSP; Apelação / Remessa Necessária 1028956-25.2015.8.26.0053; Relator (a): Antonio Celso Faria; Órgão Julgador: 8ª Câmara de Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 11ª Vara de Fazenda Pública; Data do Julgamento: 19/10/2016; Data de Registro: 20/10/2016)

Também não se cogita de violação ao princípio da isonomia, porquanto este não justifica a igualação de tratamento a policiais que ingressaram na carreira e foram reformados em momento distintos, sob pena de se impedir o Estado de promover alterações no que toca ao regime jurídico de seu servidores, *ad eternum*, cerceando a liberdade de conformação do legislador em patamar intolerável.

O acolhimento da pretensão importaria, em realidade, com o desvio da regulação legal, em aumentar os vencimentos do autor sob o fundamento da isonomia, esbarrando na Súmula Vinculante 37 do Supremo Tribunal Federal.

Julgo improcedente a ação, condenando o autor nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários em 10% sobre o valor atualizado da causa, observada a AJG.

P.I.

São Carlos, 20 de julho de 2018.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**